

Título: "'They bene oure frendes wyth there commoditez [...]': uma retórica da amizade? Uma amizade retórica?"

Abstract:

Redigido c.1436, *The Libel of English Policy*, texto que integra o passo transcrito no título desta comunicação, foi já apresentado por Maria Laura Bettencourt Pires como um "[...] poema [...]", contendo "[...] possivelmente a mais antiga referência a Portugal na literatura inglesa." (Pires (ed.), 1981: 15). Salvaguardado o respeito devido às palavras da Professora Laura Pires, pensamos que, *stricto sensu*, o *Libel* pouco terá de "poema" (ou sequer de "literatura"), pese embora a sua importância documental para os Estudos Anglo-Portugueses e a própria história da política externa inglesa na primeira metade do séc. XV.

Miguel Alarcão (FCSH -UNL)

Redigido c.1436,¹ meio século após a assinatura do tratado de Windsor (9 de Maio de 1386), principal documento instaurador da aliança e amizade multisseculares entre Portugal e a Inglaterra,² *The Libel of English Policy*, texto que integra o passo transcrito no título, foi já apresentado por Maria Laura Bettencourt Pires como um "[...] poema [...]", contendo "[...] possivelmente a mais antiga referência a Portugal na literatura inglesa." (Pires (ed.), 1981: 15). Salvaguardado o respeito devido às palavras da Professora Laura Pires, pensamos que, *stricto sensu*, o *Libel*³ pouco terá de "poema" (ou sequer de "literatura"), não obstante a sua inegável importância documental para os Estudos Anglo-Portugueses e a própria história da política externa inglesa na primeira metade do séc. XV. Na verdade, ao longo de quase mil e duzentos versos, o autor desenha com evidente conhecimento de causa as rotas comerciais, marítimas e terrestres, entre o Mediterrâneo, o Mar do Norte e o Mar Báltico,⁴ indicando os géneros e produtos transaccionados entre a Inglaterra e os países abrangidos por essas rotas.

Embora a questão da autoria do *Libel* permaneça ainda em aberto,⁵ duas hipóteses têm sido avançadas, com destaque para aquela que favorece a atribuição a Adam Moleyns (ou Molyneux), futuro Bispo de Chichester e, em meados da década de 1430, secretário do Conselho de Regência durante a menoridade de Henry VI; deste

¹ Por vezes aponta-se como data-limite o ano de 1438; em qualquer caso, o *Libel* teria sido contemporâneo de Henry VI (1422-1461 e 1470-1471) e D. Duarte (1433-1438). A referência bibliográfica da edição utilizada do *Libel of English Policy* (doravante abreviado, por comodidade, para *Libel*) é Warner (ed.), 1926. Sublinhe-se, por último, que esta comunicação não teria sido possível sem os apontamentos colhidos com beneditina paciência por Maria Teresa Pinto Coelho, a quem publicamente agradecemos.

² A versão consultada é a que consta de Almada, 1943: I, 17-23; para a correspondente versão do tratado de Westminster (1373), treze anos anterior ao de Windsor, cf. *ibidem*: I, 9-16.

³ Do latim *libellus*, i. e., "livrinho", "manual", optando, contudo, Maria Laura Pires por "Declaração" (Pires (ed.), 1981: 15).

⁴ Articulando-a com as conquistas de Sevilha (1248) e Tarifa (1292) e a abertura do Estreito de Gibraltar ao comércio e à navegação intraeuropeus, Luís Adão da Fonseca apresenta toda esta extensa região como um "[...] espaço atlântico alargado, de facto o primeiro [...] verdadeiramente europeu em termos económicos [...]" (Fonseca, 1986: 9), na sequência do qual "[...] Portugal passa da exterioridade periférica à situação privilegiada de estar situado a meio caminho nas grandes linhas da comunicação marítima da Europa de então." (*ibidem*; cf. também 40-48 *passim*).

⁵ "Whoever he was, [...] he had a genuine love for his country, sound political judgement, and an extensive knowledge of trade, and [...] his ideas on the subject of sea-power were in advance of his time." (Warner (ed.), 1926: xxxix).

órgão fazia parte *Lord* Walter Hungerford (m.1449), implicitamente nomeado no texto como apoiante e de algum modo patrocinador das posições nele defendidas junto dos demais membros do Conselho.⁶ Para outros autores, o *Libel* teria, porém, sido composto por um subordinado ou dependente de Humphrey, duque de Gloucester (c.1390-1447), antigo capitão de Calais e Regente de Inglaterra durante a já citada menoridade do sobrinho.

Independentemente da identificação do seu autor, alguém movido pelo desejo de "[...] to kepe thys regne in rest [...]" (Warner (ed.), 1926: 1, v. 2), o *Libel of English Policy* surge, pois, claramente situado no início daquela que poderemos considerar como a fase final da Guerra dos Cem Anos (1435-1453), a vários títulos declinante para a Inglaterra: além da morte de John, duque de Bedford (1435), para tanto contribui o tratado de Arras (1435), assinalando a reconciliação com Charles VII (1422-1461) do ducado da Borgonha, tradicionalmente um aliado inglês contra as tendências centralizadoras da monarquia de Valois e que desde 1384 incluía o condado da Flandres (cf. Loyn (ed.), 1991: 131). Para além da vertente militar propriamente dita, esta reconciliação vinha desguarnecer ou fragilizar a Inglaterra nos planos geoestratégico (dada a proximidade de Calais, atacada, embora sem êxito, em 1436 por Philippe III, ou Filipe, o Bom, duque da Borgonha (1396-1467), que em 1430 casara com a infanta D. Isabel, nascida do enlace anglo-português de 1387) e económico-comercial, uma vez considerada a relação de complementaridade existente entre as lãs inglesas e a indústria têxtil flamenga desde os séculos XIII-XIV.

⁶ Nas palavras do autor, despedindo-se do seu próprio livro: "Go furthe, libelle, and mekely shewe thy face, / Apperynge even wyth humble contynance, / And pray my lordes thee to take in grace / [...] the wyse lorde baron of Hungerforde / Hathe thee oversene, and verrily he seithe / That thou arte trewe [...] Whanne he thee redde all over a nyghte. / Go forthe, trewe booke, and Criste defende thi ryghte." (Warner (ed.), 1926: 57-58, vv. 1142-1156; para uma reconstituição do notável *curriculum* militar e político de *Lord* Hungerford, cf. nota relativa ao v. 1151 in *ibidem*: 102).

Todo este quadro permite compreender e ajuda a explicar a evidente hostilidade do autor do *Libel* contra os flamengos (já detectável, aliás, nos levantamentos populares de 1381), bem como a defesa do isolamento ou bloqueio económico-comercial da Flandres mediante o corte de fornecimento de lã, indispensável à sobrevivência dos têxteis flamengos. Através desta medida, esperava-se que o ducado abjurasse da recém-firmada paz com Charles VII e retomasse, qual filho pródigo, a aliança anglo-borgonhesa em vigor desde 1419.

Para que este objectivo fosse alcançado, dever-se-ia, segundo o autor, assegurar o controle inglês do Canal da Mancha e do Estreito de Dover, o que implicava ou pressupunha, por um lado, a optimização, senão o reforço, dos meios militares e humanos aquartelados em Calais, praça tomada em 1347 e perdida apenas em 1558,⁷ e, por outro, dada a condição insular da Inglaterra, uma lúcida defesa de investimentos no sector naval, algo negligenciado desde Henry V (1413-1422), que desse à Inglaterra o domínio dos mares e protegesse os marinheiros, os mercadores e as exportações ingleses:

"Cheryshe marchandyse, kepe thamyralte,
That we bee maysteres of the narowe see."
(Warner (ed.), 1926: 1, vv. 6-7)⁸

⁷ Logo no Prólogo, o autor alude à extrema importância geoestratégica e militar de Calais e Dover para o interesse inglês, objecto de um conselho dado a Henry V pelo futuro imperador Segismundo (1368-1437) quando da sua estada em Inglaterra (1416): "Kepe these too townes to youre majeste / As youre tweyne eyne to kepe the narowe see. / For if this see be kepte in tyme of werre, / Who cane here passe without thought daunger and woo ?" (Warner (ed.), 1926: 2, vv. 20-23). Recorde-se que o elemento destacado por Henry para acompanhar o imperador terá sido precisamente Walter Hungerford (cf. nota precedente).

⁸ Este objectivo transparece igualmente do título do Prólogo: "Here beginneth the Prologe of the processe of the Libelle of Englyshe polycye, exhortynge alle Englande to kepe the see enviroyn and namelye the narowe see, shewynge whate profete commeth thereof and also whate worshype and salvacione to Englande and to alle Englyshe menne." (Warner (ed.), 1926: 1). Este título aparece praticamente repetido no final da obra: "Here endithe the trewe processe of the libelle of Englysshe policie, exhortynge all Englande to kepe the see environ and namely the narowe see, shewyng whate worshipec, profite and salvacione commeth thereof to the reigne of Englonde [...]" (*ibidem*: 57).

Como nota na Introdução *Sir George Warner*, "[...] he [the author] looked to sea-power as the surest means to establish an enduring peace. His belief in this result was founded in the argument that Flanders in the first instance and other countries in its wake would infallibly come to understand that the maintenance of friendship with England would most conduce to their own interests and commercial prosperity. That jealousy of English ascendancy at sea might lead to a coalition among foreign powers to dispute it does not seem to have entered his calculations." (*ibidem*: xxxviii).⁹ No entanto, se tivermos em conta a supremacia naval, se bem que geograficamente circunscrita, advogada de forma quase profética pelo autor do *Libel*, bem como a apresentação do mar como muralha defensiva da Inglaterra,¹⁰ perceber-se-á o interesse que o texto viria desde cedo a merecer por parte da historiografia naval inglesa a partir do elogioso parecer de Richard Haklyut (1553?-1616).¹¹

Esta breve reconstituição do contexto histórico quatrocentista inglês é, como veremos, indispensável às particularizações anglo-portuguesas que, indo ao encontro do espírito e dos objectivos que norteiam este Congresso, urge agora empreender. Assim, no segundo capítulo, intitulado "Of the commoditees of Portingalle", pode ler-se:

"The marchaundy also of Portyngale
To dyverse londes torneth into sale.
Portyngalers wyth us have throught in hande,
Whose marchaundy cometh much into Englande.
They bene oure frendes wyth there commoditez,

⁹ Quatro séculos volvidos sobre a composição do *Libel*, a actuação política de Lord Palmerston (1784-1865) pautar-se-ia ainda por posições análogas: "They [the British] believed [...] that Britain could give the law to the world both materially and morally. The man who told them so repeatedly and frequently was Henry John Temple, third Viscount Palmerston." (Chamberlain, 1988: 7). "He would keep Britain in her rightful place as the leading world power. It was, of course, a benevolent power, which would uphold 'free' governments and check tyrannies." (*ibidem*: 111). Esta aproximação, a propósito do *Libel*, entre os séculos XV e XIX subjaz igualmente à apresentação do texto como "commercial jingoism [...] picturesquely expressed in a long doggerel poem [...]" (Holmes, 1962: 155).

¹⁰ "Kepe than the see, that is the wall of Englund. / And than is Englund kepte by Goddes hond." (*apud* Steinberg e Evans (eds.), 1974: 207).

¹¹ Transcrito in Warner (ed.), 1926: viii. Data de 1589 a edição original de *Principal Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation*, obra substancialmente expandida e reeditada em 1598-1600 em três volumes.

And wee Englysshe passen into there countrees.
Here londe hathe oyle, wyne, osey, wex and
Fygues, reysyns, hony and cordeweyne,
Dates and salt hydes and suche marchaundy.
And if they wolde to Flaundres passe forth bye,
They schulde not be suffrede ones ner twyes
For supportynge of oure cruell enmyes,
That is to saye Flemmynges with here gyle,
For chaungeable they are in lytel whyle."

(Warner (ed.), 1926: 7-8, vv. 126-139 e respectivas notas, pp. 66-67) ¹²

Não querendo fazer tábua rasa dos factos e documentos históricos que, desde finais do século XIII e sobretudo meados do século XIV, configuram a mais antiga aliança do mundo, ¹³ é difícil não ver nesta declaração de amizade um reflexo e uma consequência directos da apresentação dos Portugueses como o contraponto dos flamengos; por outras palavras, onde se escreve "eles são nossos amigos e negoceiam connosco [...]" (Pires (ed.), 1981: 15), poder-se-ia talvez ler "eles são nossos amigos **porque** negoceiam connosco." (negritos nossos). Citemos, a propósito, *Sir George Warner*, referindo-se às exportações portuguesas:

"With the important exceptions of wool, iron, and quicksilver, these were naturally very similar in character to those of Spain; but they appear to have been more freely imported into England owing to the traditional amity between the two kingdoms. This amity in fact had been confirmed by a new formal treaty so recently as Feb. 18, 1436. But although the author speaks of the Portuguese as being 'oure frendes wyth there commoditez', he nevertheless insists that none of them should be allowed free passage by sea into Flanders." (Warner (ed.), 1926: xxi).

¹² As fontes por nós consultadas sobre as trocas comerciais entre Portugal e a Inglaterra nos finais da Idade Média nomeiam, entre as exportações, a cera, as peles, o couro, a cortiça, o vinho, a fruta, os frutos secos, o mel, o azeite e o sal; quanto às importações, avultam a lã, os tecidos e os cereais (Prestage, 1936: 7, Marques, 1974: I, 132-136 e 241-244, Fonseca, 1986: 42 e AAVV, s.d.: 8 e 22).

¹³ Desprezando aqui a correspondência trocada em 1293-1294 entre Edward I (1272-1307) e D. Dinis (1279-1325) em favor da centúria balizada pelos anos de 1353 (tratado entre Edward III, 1327-1377, e D. Afonso IV, 1325-1357) e 1453 (ocupação francesa da Gasconha), os momentos mais marcantes em termos de construção de uma amizade oficial entre as duas nações e os dois povos serão os tratados de Tagilde (1372), Westminster (1372) e Windsor (1386), nascidos da intersecção ibérico-europeia das guerras de Castela e da Guerra dos Cem Anos.

Esta ‘amizade’ condicionada ou instrumentalizável continuaria curiosa e simultaneamente a subjazer às confirmações ou ratificações do tratado de Windsor e a sobreviver às infracções recíprocas ao respectivo articulado, escudadas ou não em precedentes, alibis retaliatórios, guerras de corso e cartas de marco.¹⁴ Tivemos já oportunidade de estudar o episódio Andrew Barton, alegadamente despoletado por uma agressão inaugural portuguesa e envolvendo a Escócia, a Inglaterra, Portugal e a Flandres entre 1476 e 1511 (Alarcão, 1998). Mais próximo, todavia, da presumível data de composição do *Libel* (c.1436), os tratados de aliança e amizade político-diplomática e militar e de favorecimento económico-comercial haviam continuado a ser confirmados e ratificados, designadamente, para citar apenas exemplos oriundos dessa década, em 1431, 1435, 1436 e 1439 (Almada, 1946: I, 7). E, contudo, como lembra Armando Marques Guedes:

"Em 1436 (8 de Agosto) o nosso D. Duarte expedia uma ordem para que os seus súbditos se abstivessem de pôr impedimentos aos navios e vassalos do Rei de Inglaterra, que viessem a Portugal.

Em 24 de Outubro do mesmo ano Henrique VI [...] dirige uma carta, em que confessa:

que lhe constava que alguns dos seus súbditos, que navegavam em diversos navios, tanto mercantes como armados, tendo encontrado navios pertencentes ao reino de Portugal, com quem êle Rei estava em paz e com quem mantinha amizade, trataram de apressar [sic] os ditos navios e mercadorias [...] como se fôsem de inimigos, e verificando depois que pertenciam a amigos da Inglaterra, resolveram [...] a seu arbútrio tudo quanto lhes parecera relativamente às fazendas; reconhece que um tal procedimento podia ser a causa de graves conflitos entre os seus súbditos e os [...] de

¹⁴ Recordemos, a título de exemplo, que no tratado de Windsor se estipulava "[...] uma liga, amizade e confederação real e perpétua, [...] de maneira que um seria obrigado a prestar auxílio e socorro contra todos os que tentassem destruir o estado do outro [...]" (artº 1 in Almada, 1946: I, 18), o que implicava não "[...] dar conselho, socorro ou auxílio [...] à nação que tiver sido inimiga ou rebelde à outra [...]" (artº III in *ibidem*: 19), mas antes "[...] a considerar os inimigos dos ditos reis, terras e domínios e os de seus herdeiros e sucessores como seus próprios e mortais inimigos, devendo além disso evitar ter relações com os mesmos, mas antes persegui-los com todas as suas forças." (*ibidem*). E para que nenhuma das partes fizesse "[...] alguma coisa contrária às estipulações da presente aliança [...], seja por encarcerações, invasões, tomadas de fortalezas, cidades ou campos, depredações, roubos de pessoas ou de coisas [...]" (artº IX in *ibidem*: 21), possuindo a parte ofendida a "[...] livre escolha de infringir as ditas alianças em prejuízo da outra [...]" (artº XI in *ibidem*: 22), "[...] todos os herdeiros e sucessores dos ditos reis nos tempos futuros, um ano a datar do dia da sua coroação, serão obrigados a jurar e a renovar. ratificar e confirmar por cartas patentes munidas de seus grandes selos as presentes alianças [...]" (artº XII in *ibidem*: 22).

Portugal e ordena que navegassem livremente todos os navios que trouxessem documentos do Rei de Portugal ou de seus oficiais que exercessem jurisdição ou comando nos portos do seu domínio, que indicassem os nomes dos ditos navios, de seus Mestres e que provassem que não conduziam objectos pertencentes aos inimigos dêle Rei de Inglaterra." (Guedes, 1943: 105; negritos nossos).

Por outras palavras, todos e quaisquer navios, tripulações, cargas e equipagens eram aparentemente culpados *a priori*, cabendo-lhes, pois, o ónus da produção de provas de sua mui inocência, o que é juridicamente curioso e historicamente elucidativo da singular amizade anglo-portuguesa ... Mas até aqui, como observa ainda Marques Guedes, se verificava alguma reciprocidade de práticas ou procedimentos:

"Em Agôsto (8) de 1437, D. Duarte repete as ordens e tenções da sua anterior (1436) e por êles se vê que:

fôra informado de que alguns dos seus súbditos, navegando em navios mercantes ou armados, apresavam navios ingleses sob o pretexto de que se destinavam a carregar mercadorias dos seus inimigos. E como semelhante procedimento podia ser causa de discórdias entre os seus e os da Inglaterra, ordenava que todos os navios, que trouxessem documentos passados pelo Rei daquela Nação ou pelos seus oficiais, que exercessem comando nos portos do seu domínio, fôssem considerados como não levando objectos alguns para os inimigos, não fôssem injuriados nem se lhes causasse prejuízo, e, pelo contrário se deixassem vir livremente a Portugal." (ibidem: 106; negritos nossos).

Perante estes trechos, resta-nos concluir, formulando duas perguntas politicamente incorrectas, mas talvez historicamente legítimas: não será este Congresso um *forum* privilegiado para revisitar, repensando-a, essa amizade anglo-portuguesa tão pouco visível, por exemplo, no tratado de Cromwell (1654), na Convenção de Sintra (1808) ou no Ultimato inglês (1890) ? E até que ponto a retórica nomeação da amizade no texto quatrocentista não terá contribuído com a sua quota-parte para a construção e celebração, nos séculos subsequentes, de uma amizade retórica, virtual e mi(s)tificada da qual somos ainda hoje de alguma forma prisioneiros ?

Referências e sugestões bibliográficas

I - Bibliografia primária:

WARNER, Sir George (ed.), *The Libelle of Englyshe Polycye. A Poem in the Use of Sea-Power, 1436*. Edited by -----, D. Litt., F.B.A., F.S.A., Late Keeper of Manuscripts and Egerton Librarian of the British Museum, Oxford, at the Clarendon Press, 1926.

II - Bibliografia secundária:

AAVV, *600 Anos de Aliança Anglo-Portuguesa / 600 Years of Anglo-Portuguese Alliance*, s.l., s.ed., s.d.

ALARCÃO, Miguel, "The Scramble for the Seas: the Ballad Evidence of *Sir Andrew Barton*" in *Op. Cit. Uma Revista de Estudos Anglo-Americanos / A Journal of Anglo-American Studies*, Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, nº 1 (1998), pp. 25-37.

ALMADA, José de, *A Aliança Inglesa. Subsídios para o seu Estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1946-1947, 2 vols.

-----, *Para a História da Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Imprensa Nacional / Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1955.

ATKINSON, William C., *British Contributions to Portuguese and Brazilian Studies*, London, The British Council, 1974.

CHAMBERLAIN, Muriel E., *'Pax Britannica'? British Foreign Policy 1789-1914*, London and New York, Longman, "Studies in Modern History", 1988.

CHILDS, Wendy R., "Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century" in James L. Gillespie (ed.), *The Age of Richard II*, Stroud, Gloucestershire, Sutton Publishing Ltd. / New York, St. Martin's Press, 1997, pp. 27-49.

CLARO, João V., *A Aliança Inglesa (História e Fim dum Mito)*, Lausanne, Editorial Liberta, (1943).

DU BOULAY, F. R. H., *An Age of Ambition. English Society in the Late Middle Ages*, London, Thomas Nelson and Sons Ltd., 1970.

FONSECA, Luís Adão da, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. "Essencial", nº 20, 1986.

GUEDES, Armando Marques, *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática (1373-1943)*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1943 (1938).

HOLMES, George, *The Later Middle Ages, 1272-1485*, London and Edinburgh, Thomas Nelson and Sons Ltd., "A History of England", III, 1962.

JACOB, E. F., *The Fifteenth Century, 1399-1485*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England", VI, 1961.

KEEN, Maurice, *England in the Later Middle Ages. A Political History*, London and New York, Methuen & Co. Ltd., "University Paperbacks", nº 569, 1986.

MANOEL, Jeronymo da Camara, *Portugal e a Inglaterra. Londres e os seus Monumentos*. Conferência lida em sessão especial da Sociedade de Geographia de Lisboa em 3 de Abril de 1909, Lisboa, Typ. da Livraria Ferin, 1909.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, I, 1974 (1972).

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MORGAN, Kenneth O. (ed.), *The Oxford Illustrated History of Britain*, Oxford, Oxford University Press, 1989 (1984).

MYERS, A. R., *England in the Late Middle Ages*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., "The Pelican History of England", 4, 1969 (1959).

PAXECO, Fran, *The Intellectual Relations between Portugal and Great Britain*, Lisboa, Editorial Império, 1937.

PIRES, Mª Laura Bettencourt, *Portugal visto pelos Ingleses*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas da UNL, 1981.

PRESTAGE, Edgar, *A Aliança Anglo-Portuguesa*. Tradução de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.

RAU, Virgínia, "Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V". in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, col. "Biblioteca de Textos Universitários", nº 80, 1986, pp. 66-80.

RUSSELL, P. E., *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, INCM, col. "Estudos Gerais - Série Universitária", 2000 (*The English Intervention in Spain and Portugal*, Oxford, Oxford University Press, 1955).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II (1415-1495), Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

SERRÃO, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, col. "Horizonte", nº 41, 1980 (1971).

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais 1979, 5 vols.

SOUSA, Carlos Hermenegildo de, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, Porto, Edições Marânus, 1939.

STEINBERG, S. H. e EVANS, I. H. (eds.), *Steinberg's Dictionary of British History* 2nd. ed., London, The Book Club Associates, 1974 (1963).